

RESENHA:

**RUMO À INCLUSÃO SOCIAL:
TOLERÂNCIA E SOLIDARIEDADE NO
CONTEXTO DA INFÂNCIA E DA
ADOLESCÊNCIA**

*Manoel Antônio dos Santos**

BIASOLI-ALVES, Z. M. M.; FISCHMANN, R.
(Orgs.) *Crianças e adolescentes: construindo uma cultura da tolerância*. São Paulo: EDUSP, 2001. 240 p.

Este livro constitui o primeiro volume de uma série formada por trabalhos científicos originalmente apresentados durante o Seminário Internacional “Ciência, Cientistas e a Tolerância”, promovido pela Unesco e Pró-Reitoria de Pós-Graduação da Universidade de São Paulo. Durante três dias, cerca de duzentos participantes de catorze países e quinze Estados brasileiros reuniram-se e trabalharam intensamente, discutindo a colaboração que a Ciência pode trazer para a questão da Tolerância, da Ética e dos Direitos Humanos.

Tendo como eixo norteador a diversidade de saberes, o Seminário foi organizado na forma de grupos de trabalho temáticos, constituídos por docentes, pesquisadores e estudantes de pós-graduação, e complementados por discussões em torno de temas-chaves, abertas ao público.

Como enfatiza Roseli Fischmann, docente da Faculdade de Educação da USP, coordenadora geral do Seminário e responsável pela implementação da Rede UNESCO das Américas e Caribe para a Tolerância e a Solidariedade, na *Apresentação* do livro que co-organizou, o Seminário teve por propósito colocar em discussão o papel dos cientistas na construção da “Solidariedade e da Paz Mundial, entendidas como a responsabilidade recíproca de um mundo onde todos possam ter suas necessidades básicas satisfeitas, respeitados os Direitos Universais, respeitadas e valorizadas as singularidades e tradições culturais de povos e nações. Assim, trata-se de respeito, entendimento, liberdade, justiça social, auto-

nomia e soberania dos povos e nações, com reciprocidade de reconhecimento e cooperação” (p. 18). São, pois, questões candentes no contexto da globalização que atravessa a sociedade contemporânea.

Neste volume estão compilados os trabalhos cujas temáticas versam sobre a questão da infância e da adolescência, que testemunham o compromisso permanente de todos os pesquisadores envolvidos com as gerações futuras e ele congrega capítulos distribuídos em quatro temas gerais: conceitos, culturas e momentos diversos, intolerância e construção de uma cultura da tolerância.

No prefácio: *Crianças e adolescentes: construindo uma cultura da tolerância e da solidariedade*, Zélia Maria Mendes Biasoli-Alves - co-responsável pela organização do conjunto da publicação e coordenadora, na Rede, do grupo de trabalho temático *Crianças e Adolescentes* – assinala a importância da luta pela justiça social e pela liberdade no estabelecimento de uma nova cultura da tolerância, pautada no cultivo do respeito mútuo e na ação solidária. A autora diz que é preciso indagar que contribuições se pode esperar da Ciência, sobretudo na área das Humanas, para a consolidação dessa nova cultura. O conhecimento sistemático é essencial não apenas para a compreensão da realidade que nos cerca, como também para que possamos delinear os rumos para a implementação de intervenções de cunho transformador, e conclui que “é necessário que se tenham *boas perguntas*, pois serão elas a dirigir a busca de dados que permitam respostas que gerem questões e façam o conhecimento avançar” (p. 29). As possibilidades de conhecer, compreender, prever e controlar os fenômenos, que caracterizam o ideal do conhecimento científico, irredutivelmente desembocam na questão da conduta ética do cientista e também da ética entre os pesquisadores, “porque antes de tudo deve estar o respeito às características, valores e crenças presentes em cada cidadão, grupo, comunidade, cultura” (p. 30).

No primeiro bloco - *Conceitos* - o artigo do professor José Tengarrinha, da Universidade de Lisboa, intitulado: *Tolerância e convivialidade pública e privada*, versa sobre o valor cultural da tolerância na criação das “condições necessárias para a transmissão e a assimilação mútua de experiências, conhecimentos e culturas” (p. 35). O autor pressupõe uma concepção ampliada de tolerância, que não

* Manoel Antônio dos Santos, professor doutor em psicologia clínica pelo IP-USP, docente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, campus de Ribeirão Preto, pesquisador do CNPq. Coordenador do NEPP - Núcleo de Ensino e Pesquisa em Psicologia Clínica.

se reduz meramente ao seu oposto (intolerância), mas se encontra na base de sustentação do regime democrático, alavancando a construção da cidadania e da convivialidade pública e privada. Com notável poder de concisão, que poupa o leitor de dispersar sua atenção em pormenores secundários, o artigo aborda a relação entre o público e o privado, fanatismo e discriminação social, a dificuldade de se reconhecer o direito das minorias e a questão da comunicação e do trânsito de aspirações individuais no bojo de uma sociedade democrática.

A seguir, acha-se a contribuição de Celi Regina Jardim Pinto, docente da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que lembra que a noção de tolerância é aproximada do “respeito às diferenças e a garantia de espaços para a manutenção de novas identidades, princípios compartilhados pela maioria dos pensadores do fim do século” (p. 43). A autora indaga, em seu artigo, *Para além da tolerância*, porque a aparente aceitação generalizada dessas premissas não se traduz em práticas tolerantes no âmbito da vida cotidiana e das relações pessoais nas comunidades humanas. “Ao contrário, parece que estamos vivendo uma época de exacerbada violência, de cruéis exclusões, econômicas, culturais, políticas e até mesmo a mais forte delas: a exclusão pela morte, presente nas guerras, em códigos de justiça de muitos países e principalmente no genocídio como resultado da fome” (pp. 43-44). Este cenário torna-se a cada dia mais cinzento, levando os mais céticos a postularem que estamos só no começo de um longo processo de desfiliação geral, que vem condenando contingentes crescentes da população mundial ao desamparo ou ao desespero.

O segundo bloco, intitulado *Crianças e adolescentes: culturas e momentos diversos*, é aberto pelo instigante estudo de Jonathan Tudge, da *North Caroline University*. Em seu artigo, *Estudando a criança e a família em seu contexto: para uma abordagem cultural da tolerância*, o autor defende a importância das pesquisas transculturais nos estudos de famílias e crianças, não com o intuito de captar o universal no desenvolvimento humano, mas para elucidar a intrincada relação entre contexto cultural e modos de desenvolvimento. Para este autor inglês, radicado nos Estados Unidos, assumir essa posição é fundamental quando se almeja ser tolerante com valores e costumes de povos diferentes da

cultura do pesquisador.

Em *Crianças e adolescentes: a questão da tolerância na socialização das gerações mais novas*, Zélia Maria Mendes Biasoli-Alves trata do impacto sobre as práticas educativas causado pelas profundas transformações que a família tem atravessado nas últimas décadas, que incluem as mudanças nos papéis masculino e feminino, as condições econômicas condicionando a redução do tamanho da prole, a emergência do saber técnico-científico, o surpreendente progresso tecnológico e a influência crescente da mídia, particularmente a televisão, sem contar a disseminação da drogadição, a explosão da violência e a banalização da vida, proporcionando alterações inauditas tanto na estrutura como na dinâmica familiar. Fundamentada em rico material bibliográfico, a autora contextualiza historicamente o lugar de destaque que as práticas de cuidado e educação foram assumindo ao longo do tempo, até emergir como tema central na segunda metade do século XX. Passado e presente são entretrecidos e embaraçados de maneira engenhosa. A autora envereda pelos meandros das relações que se estabelecem entre pais e filhos para compreender os problemas que a família enfrenta na atualidade ao se dedicar à função de transmitir às gerações mais novas crenças, valores, normas e padrões de conduta que moldarão um certo modo de vida. A tensão entre ruptura e continuidade é inerente a esse processo, no qual se forja o cerne da moralidade, isto é, o direito elementar à vida, à liberdade e à dignidade. E arremata sua argumentação sustentando que somente a tolerância nas relações entre as gerações, colocando-se lado a lado direitos e deveres de cada uma, permitirá que se desenhe com mão segura a subjetividade na vida adulta.

Sócrates Nolasco, com uma provocadora discussão sobre *Cultura brasileira: patriarcado e gênero*, encerra esse bloco. O autor discute a relação entre pai e filho na sociedade patriarcal brasileira, tomando como ponto de partida uma visão histórica das transformações ocorridas na Europa desde o século XVII, quando o mundo adulto e o da criança começam a se distanciar. Este estudo se consagra como referência no gênero, ao mesclar minúcia informativa e sensibilidade literária na reconstituição da trajetória do patriarcado brasileiro. Percorre questões como o papel da mulher brasileira no sistema

patriarcal e as relações entre o romance brasileiro e o imaginário social que impregnava o cotidiano dos jovens dos séculos XVIII e XIX. Conclui que o patriarcado, tanto no seu apogeu como declínio, na transição para o individualismo, produziu efeitos e condicionamentos sociais e psicológicos distintos para meninos e meninas. Nesta passagem, “as possibilidades de identificação com um modelo social que privilegia o indivíduo oferecem aos meninos somente o perfil do patriarca opressor. Esse perfil funciona como uma forma de negação da violência que eles experimentaram em suas vidas, uma violência contra seus próprios sentimentos e seu próprio corpo, que eles tendem a reproduzir socialmente, como já sabemos. (...) No Brasil, podemos perceber diferenças que marcam a história dos meninos como uma trajetória de sofrimento. (...) A preocupação em provar que não se é estéril; o desejo de ter filhos homens e as situações extraconjugais nos revelam fragmentos, no âmbito privado, do que um dia foi o patriarcado” (p. 106). Desse modo, desmonta-se o senso comum, reforçado pelos estudos de gênero, que insistem em não valorizar suficientemente a violência imposta durante o processo de socialização masculina.

O terceiro bloco - *Quando a intolerância acontece* - é introduzido pelo artigo *Mudanças no curso da vida e relações intergeracionais*, de Guita Grin Debert, professora do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. Trata da tolerância em sua relação com as mudanças no curso da vida. Enfocando particularmente o contexto da velhice, a autora estabelece um elo entre o processo de envelhecimento e as formas pelas quais a solidariedade pública é redimensionada entre as gerações. Flagra uma tendência crescente de “inversão da representação da velhice como um processo de perdas”, com uma “atribuição de novos significados aos estágios mais avançados da vida, que passam a ser tratados como momentos privilegiados para novas conquistas, guiadas pela busca do prazer, da satisfação e da realização pessoal”, com “oportunidades de explorar novas identidades, realizar projetos abandonados em outras etapas da vida, estabelecer relações mais profícuas com o mundo dos mais jovens...” (p. 112). A ascensão do idoso a essa nova condição (além de fortalecer um novo mercado de consumo, “o idoso se transforma em um novo ator”, p. 116) condiciona

outras imagens do envelhecimento e torna obrigatória a reformulação do discurso gerontológico. A autora afirma o significado altamente positivo do reconhecimento da pluralidade de experiências, salientando o impacto inovador do envelhecimento bem-sucedido, patente nos programas da terceira idade.

A intolerância frente à questão das drogas: algumas reflexões, de Rosalina Carvalho da Silva - coordenadora no Seminário e, na Rede, do grupo de trabalho temático *Drogas* e Manoel Antônio dos Santos, ambos da Universidade de São Paulo, *campus* de Ribeirão Preto, apresenta uma discussão sobre os múltiplos sentidos que o uso de drogas adquire na época contemporânea. Primeiro, como *bode expiatório* do incontornável mal-estar na civilização, que na atualidade tem levado à dispersão das identidades. Essa posição está presente no discurso que tenta satanizar a droga, estigmatizando seu uso indevido como se tratasse de um *flagelo da humanidade*, ameaçando desmantelar os pilares que sustentam a sociedade. Essa ideologia do *mal absoluto* serviria, segundo os autores, como cortina de fumaça a desviar a atenção da opinião pública em relação aos descuidos mais profundos com a saúde e a educação de grande parte da população. O discurso científico contribui, em larga medida, para a produção de intolerâncias em relação ao comportamento desviante. O fascínio exercido pelas drogas nos remotos anos 60 é substituído nos conservadores anos 80 (em tempos de Aids e aumento crescente da pobreza e da exclusão social) pelo temor paranóide de contaminação e destruição pela estabelecimento da intimidade nos relacionamentos. Na era sombria da globalização e do narcisismo galopante em que vivemos, o contato genuíno com o outro aparece como ameaça em potencial. A intolerância aos desviantes (tidos como “*drogados*”, “*viciados*”, “*desajustados*”) é fomentada pelos discursos produzidos e exaustivamente difundidos pela mídia, que substituem a aplicação da ótica da saúde pública na abordagem da questão da droga pelo sensacionalismo que aterroriza e hipnotiza a audiência, paralisando qualquer esforço de reflexão crítica. Outros discursos *oficiais* acabam reforçando abordagens preconceituosas e anti-científicas, como é o caso dos livros didáticos que acompanham o cotidiano escolar. Mas é preciso também pensar no reverso da in-

tolerância ao uso de drogas, que é a intolerância frente ao não-uso, isto é, a discriminação que o usuário faz do não-usuário.

O quarto bloco - *O apoio na construção de uma cultura da tolerância* - traz a contribuição de Clotilde Santa Cruz Tavares: *Por uma pedagogia da tolerância*. A autora, professora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, discute a tolerância à luz do trabalho do educador na universidade, na formação de jovens adultos. De início, discorre sobre as transformações que revolucionaram o mundo no último século. Propõe que elas sejam pensadas como manifestações de uma “crise da percepção”, isto é, na forma de interpretar o mundo, em um período histórico marcado pela ruptura de paradigmas e revoluções nas diferentes áreas do conhecimento, que trouxeram em seu bojo inovações tecnológicas, na esfera dos costumes, dos valores e dos saberes, que alteraram radicalmente a relação do homem com o mundo. Em um exercício ao mesmo tempo reflexivo e apaixonado, a autora se permite incorporar diferentes ângulos a sua análise. Em uma época em que “*nem os santos têm ao certo a medida da maldade*”, conforme cantou o poeta Renato Russo, o mundo mudou depois do advento da informática e dos avanços na área de comunicação. A autora preconiza que se desenvolva uma “pedagogia da tolerância” como antídoto às forças destrutivas postas em marcha pelas exclusões crescentes. Reflete sobre “a pedagogia que queremos” e funda suas bases na necessidade de uma correção de rumos em relação às deformações produzidas pelo racionalismo científico em voga a partir do século XIX. Propõe uma educação que enfatize mais o processo de ensino do que o conteúdo, fincada no desenvolvimento da auto-estima do educando e no fortalecimento de valores humanísticos, na arte e nos vãos da experiência interior, em busca de uma verdadeira expansão do espírito, livre das amarras do preconceito.

Investir na formação de educadores: uma forma de qualificar os serviços e programas de atenção direta à infância e adolescência, de Marina Rezende Bazon, da Universidade de São Paulo, campus de Ribeirão Preto, esmiuça de maneira rigorosa os princípios de um modelo de intervenção que visa formar educadores para lidarem com crianças e adolescentes que vivem em situação de

risco psicossocial. A proposta de intervenção apresentada privilegia o modelo psicoeducativo, elaborado e desenvolvido no Canadá e transposto, com as necessárias adaptações, para nossa realidade, contribuindo para a construção de uma proposta de inclusão social. Trata-se de um referencial consistente voltado para a qualificação e aperfeiçoamento profissional, que rompe com concepções assistencialistas que impregnavam o cotidiano dos serviços de atenção social. Ao final, temos a convicção de que há um longo trabalho a ser perseguido com afinco e criatividade, desmontando concepções que permanecem arraigadas nas práticas de agentes educativos.

O estudo da família como base para a promoção da tolerância, escrito em co-autoria por Maria Auxiliadora Campos Dessen, docente da Universidade de Brasília, e Zélia Maria Mendes Biasoli-Alves, enfoca a questão da pesquisa na área da família e das relações familiares. Partindo de um minucioso exame da literatura, no qual se destaca a linguagem clara e a precisão de raciocínio, o estudo fornece pistas importantes para que se compreendam os diferentes modos de vida familiar e suas relações com o desenvolvimento humano.

Fechando o volume, encontra-se o capítulo contendo uma série de Declarações: Declaração Universal dos Direitos Humanos, seguida da menos conhecida, recentemente proclamada: Declaração de Princípios sobre a Tolerância, além do *Compromisso para Estabelecimento da Rede das Américas e Caribe para a Tolerância e Solidariedade*, complementada por um jogo de pôsteres destinados a discutir aspectos da tolerância com crianças e adolescentes - *Pensem um mundo diferente a partir dos direitos da criança: escuta meus direitos e ensina-me meus deveres*.

Os trabalhos reunidos oferecem uma diversidade de enfoques teóricos que reflete a heterogeneidade de abordagens e linhas de investigação desenvolvidas pelos pesquisadores. Cada capítulo apresenta um exercício de reflexão crítica e de raciocínio científico acurado, aplicado a questões atuais expostas de maneira acessível e ao mesmo tempo rigorosa. Nas entrelinhas desses estudos, o leitor é contemplado com uma contribuição inestimável à causa da tolerância e da solidariedade entre os povos, que tem o mérito de apontar soluções para uma

sociedade globalizada em vertiginoso processo de transformação. Cumprindo o percurso da leitura, certamente deseja-se longa vida à Rede UNESCO das Américas e Caribe para a Tolerância e a Solidariedade.

Tolerância, entre outros significados que assume na língua portuguesa, denota a tendência para admitir modos de pensar, sentir e agir que diferem dos reconhecidos por um indivíduo ou por determinado grupo, comunidade ou país. Nessa acepção da palavra, tolerância é diferença admitida nos nossos modos de expressão, é a discrepância aceita em relação a certo padrão, em oposição ao apagamento das diferenças. É o que enseja uma cultura de paz em uma sociedade capaz de conviver com as diversidades de seus membros, valorizando-se a particularidade, o diferente e o único. Admitindo-se a multiplicidade de identidades, é possível dar vez e voz a minorias silenciosas, rompendo relações de poder cristalizadas e caminhando em direção a maior justiça social. Só assim será possível legitimar comportamentos até então relegados à obscuridade, à indiferença por parte da sociedade ou às franjas da marginalidade.

Os temas desenvolvidos pelo livro, enfeixados nas questões da tolerância e da solidariedade, têm o mérito de nos tirar do torpor da indiferença e de nos fazer pensar, instigando a construção de caminhos alternativos para que possamos enfrentar os impasses colocados pela contemporaneidade. Os textos assumem um valor amplificado quando se pensa que foram produzidos em um período histórico imediatamente anterior aos tristes acontecimentos deflagrados nos Estados Unidos em 11 de Setembro de 2001, que marcaram de um modo dramático o efetivo início do novo milênio. Jonathan Tudge, citando Harkness (1980), assinala em seu artigo que “mesmo quando estamos cientes de outros mundos além do nosso, existe uma forte tendência a assumir que aquele no qual habitamos é o ‘melhor’ e constitui o padrão contra o qual os outros devem ser julgados” (p. 66). Pois o 11 de Setembro mostrou aos americanos que existem “outros mundos” além do familiar *doce lar* e que às vezes o grito recalcado dos excluídos emerge da escuridão profunda cheio de som e de fúria. A queda espetacular das torres gêmeas, ampliada pelos quatro cantos da aldeia global pela

transmissão da TV em tempo real, desferiu um golpe contundente no sentimento de invulnerabilidade que dominava a nação mais próspera do planeta. Todavia, por outro lado é o exemplo mais acabado do estado de barbárie a que podemos chegar quando a intolerância é combinada com fundamentalismo e desprezo à existência irreduzível do Outro.

Lidos após a convulsão despertada pela mega-operação terrorista que sacudiu o coração da América do Norte, em pleno epicentro do capitalismo financeiro, os trabalhos coligidos nesse volume saem revigorados, dotados de espantosa atualidade.